



Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas para o SUS (Pró-residência Médica)

Número 31 / Novembro, 2022

Este boletim é uma síntese da avaliação realizada no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios da União - CMAS do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Pública – CMAP.



O Programa Pró-Residência Médica (PPRM) tem por objetivo apoiar a formação de médicos especialistas, na modalidade de residência médica, em especialidades e regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS). A Portaria Interministerial que o instituiu estabeleceu a coordenação conjunta pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde (MS).

O PPRM atua por meio da ampliação do número de vagas de residência médica, da concessão de bolsas: e da cooperação técnica e apoio às residências médicas. Essas ações devem estar em consonância com os requisitos estabelecidos pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM)/MEC.

No ano de 2019, o MS empenhou o total de R\$ 454 milhões no PPRM. De 2010 a 2019, o programa formou 17,1 mil médicos especialistas. Nesse mesmo período, o total de concluintes em residências médicas foi de 119,4 mil. A cobertura do PPRM em relação ao total de concluintes de residências médicas passou de 0,7% (2012) para 29,2% (2019).

Além do PPRM, no nível federal, o MEC oferta bolsas de residências médicas com procedimentos diversos do MS. Em 2019, o MEC empenhou R\$ 354,5 milhões com essas bolsas.

Atores da Avaliação

Coordenação: IPEA

Execução: IPEA, CGU, SOF, Letícia Nunes (especialista externo do Insper), Enap e FGV Clear.

Gestor da Política: SGTES/MS e SESu/MEC

Supervisão: DEAP/SETO/ME

Aspectos Avaliados



Avaliação de Desenho: Existem aprimoramentos a serem feitos no desenho do Programa Pró-Residência?

Avaliação de Governança: Há aperfeiçoamentos a serem feitos na governança do Programa Pró-Residência?

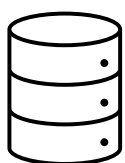
Avaliação de Execução Orçamentária e Financeira: Como tem ocorrido a execução orçamentária e financeira do Programa Pró-

Residência?

Avaliação de Implementação: Como o Programa Pró-Residência tem sido implementado?

Avaliação de Resultados: Os resultados do Programa Pró-Residência têm sido alcançados?

Sistema e Bases de Dados



- Sistema de Informações Gerenciais do Pró-Residências (Sigresidências).

- Sistema de Comissão Nacional de Residência Médica (SisCNRM).

- Sistema Integrado de Informações e Orçamentos Públicos Federais (SIOP).

- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

- Dados populacionais, PIB e IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O que foi encontrado



- O problema da má distribuição e escassez de médicos especialistas em áreas e regiões prioritárias apresenta múltiplas causas e o PPRM atua em parte delas.

- Verificou-se que o Programa é importante por priorizar o SUS e buscar, por meio da oferta de bolsas, induzir a formação em áreas e regiões prioritárias.

- As avaliações de desenho e governança identificaram a necessidade de se ampliar a coordenação entre as instituições envolvidas com a sua execução, bem como pensar mecanismos para aprimorar sua gestão e seu monitoramento. Foi encontrada elevada ociosidade na ocupação das bolsas ofertadas em todas as regiões do país para o ano de 2021, variando entre 35% (Centro-Oeste) e 57% (Norte).

- A análise dos editais do PPRM permitiu concluir que o Programa está direcionado para as especialidades prioritárias do SUS, priorizando regiões com menor oferta de especialistas. No entanto, as bolsas distribuídas pelo Programa ainda se concentram nas regiões Sudeste e Sul.

- Por fim, a avaliação de resultados vem reforçar correlação positiva do Programa com indicadores de disponibilidade de médicos especialistas em áreas prioritárias e com resultado significativo no Norte-Nordeste. Ainda que os efeitos do Programa sobre os indicadores avaliados sejam positivos, eles possuem baixa magnitude.

Recomendações Aprovadas pelo CMAP



Recomenda-se ao MS, com apoio do MEC: elaborar conjuntamente e publicar norma que especifique as diretrizes, competências e as responsabilidades dos atores envolvidos nos processos e atividades do Programa Pró-Residência Médica.



Recomenda-se ao MS, com apoio do MEC: estabelecer conjuntamente metas de entrega de produtos por

região e especialidades prioritárias que reflitam os resultados esperados do Programa Pró-Residência Médica.



comenda-se ao MS, com apoio do MEC: promover revisão e ampliação dos indicadores de monitoramento e de avaliação da efetividade do Pró-Residência.



Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário-Executivo

Marcelo Pacheco dos Guarany's

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento

Esteves Pedro Colnago Júnior

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento Adjunto

Julio Alexandre Menezes Da Silva

Diretor de Avaliação de Políticas Públicas

Sérgio Calderini

Assessor da Diretoria

Luiz Alberto D'Avila de Araujo

Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas

Nelson Leitão Paes

Igor Geracy

Giovani Machado

Ana Cristina Secchi Correia

Coordenação-Geral de Articulação de Gasto Direto - COART

Wilsimara Maciel Rocha

Roberta da Silva Vieira

Henrique Chaves Faria Carvalho

Ana Paula Piedade Pedrosa

Coordenação-Geral de Avaliação de Gasto Direto – COAG

Artur Henrique da Silva Santos

Carlos Henrique Rosa

Jossifram Almeida Soares

Fernando Lima Madeira

Coordenação-Geral de Avaliação de Benefício Financeiro e Crédito – CFIC

Carlos Renato de Melo Castro

Leonardo Carvalho de Mello

Filipe Tomaz Figueiredo Duarte

Elton Menezes do Vale

Coordenação-Geral de Avaliação de Benefícios Tributários – CGAT

Rodrigo Leandro de Moura

Rafael Luis Giacomini

Ronan Luiz da Silva

Cíntia Beatriz Fonseca



Para mais informações sobre esta avaliação, acesse os relatórios completos e notas técnicas disponíveis no site ou aponte o celular para o qr code:

WEB: bit.ly/DEAP-SETO

(61) 3412-2264

E-mail: seto@economia.gov.br